

## ATA DO 84º ENCONTRO DO COLÉGIO PERMANENTE DE CORREGEDORES-GERAIS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL – ENCOGE, 2º VIRTUAL

Aos 05 (cinco) dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, às 08h30, por meio da plataforma CISCO WEBEX, deu-se início ao 84º (octogésimo quarto) Encontro do Colégio Permanente de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil — ENCOGE, 2º Virtual, com o tema “JUDICIÁRIO E PANDEMIA: COMO A ADVERSIDADE NOS APERFEIÇOOU”, sob a presidência do Desembargador Fernando Tourinho de Omena Souza, Corregedor Geral de Justiça do Estado de Alagoas e Presidente do Colégio Permanente de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (CCOGE). Para abertura do 84º ENCOGE – 2º Virtual o Desembargador Fernando Tourinho de Omena Souza, Presidente do Colégio Permanente de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (CCOGE) agradeceu a presença de todos e declarou aberto o 84º (octogésimo quarto) Encontro do Colégio Permanente de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil — ENCOGE, 2º Virtual, passando a palavra para o eminente Ministro Humberto Eustáquio Soares Martins, Presidente do Superior Tribunal de Justiça que destacou que o presente evento seria o 2º encontro em formato virtual, uma nova realidade trazida pela pandemia. Ressaltou a necessidade de adaptação, bem assim da importância de nos comprometermos com a correta aplicação do Direito. Ao final congratulou a todos pelo 84º ENCOGE, afirmando a certeza de que alcançará o sucesso pretendido, tendo em vista o brilhantismo dos painelistas e o alto nível de comprometimento de todos, que contribuirá pela consolidação do Estado de Direito. Logo em seguida, foi concedida a palavra à Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Corregedora Nacional de Justiça, que destacou a necessidade de qualificação da prestação jurisdicional, que ajuda no fortalecimento do Estado Democrático de Direito. Pontuou que, no tempo atual, as Corregedorias devem, cada vez mais, explorar sua competência, com criatividade principalmente para conseguir coordenar as atividades de forma mais eficiente. Destacou que a União das Corregedorias seria essencial para buscar a melhoria do Poder

Judiciário, inclusive para o reconhecimento da confiança dos jurisdicionados. Com a palavra o Desembargador Fernando Tourinho, Presidente do CCOGE, iniciou suas palavras agradecendo a contribuição dos amigos da Comissão Executiva do CCOGE, passando a ressaltar a necessidade de adaptação para conseguir superar os desafios impostos pela pandemia da COVID-19, sobretudo com a utilização da tecnologia, que foi uma verdadeira parceira para que o Poder Judiciário não parasse, continuasse a exercer seu mister. Afora isso, afirmou a importância do reconhecimento da constitucionalidade da realização da audiência de custódia por videoconferência, assim como pontuou acerca da necessidade de investimento em inteligência artificial. Conclamando, finalmente, aberto o 84º ENCOGE – 2º Virtual. Logo em seguida foram apresentados os nomes dos agraciados com a "Medalha de Honra ao Mérito Desembargador Décio Antônio Erpen", a saber: Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Corregedora Nacional de Justiça; Des. Osório de Araújo Ramos Filho, Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe; Des. Sebastião Ribeiro Martins, Presidente do Tribunal de Justiça do Piauí; Des. Leonardo Noronha Tavares, Presidente do Tribunal de Justiça do Pará; Des. Otávio Leão Praxedes, Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas; Des. Roberto Eugênio Da Fonseca Porto, Desembargador do Tribunal de Justiça de Sergipe; Des. José Carlos Malta Marques, Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas; Des. Marcelo Martins Berthe, Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo; Desa. Maria Mercis Gomes Aniceto, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Paraná; Desa. Beatriz Figueiredo Franco, Decana do TJ/GO e primeira mulher a assumir a Corregedoria de Goiás; Dr. José Norberto Lopes Campelo, ex-Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça; Tenente-Coronel Cláudio Gadelha Fernandes, Comandante do 59º Batalhão da Infantaria Motorizada; Dr. Márcio Luiz Coelho de Freitas, Juiz Auxiliar do Superior Tribunal de Justiça; Dr. José Antônio Ferreira Cavalcante, Juiz Auxiliar da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém; Dra. Rubilene Silva Rosário, Juíza Auxiliar da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém; Dr. Arion Toledo Cavaleiro Júnior, Presidente da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais – ARPEN/Brasil; Dra. Mônica Guimarães de Macedo Dalla Vecchia, Presidente da ANOREG/PR; Dr Antônio do Prado, Tabelião do Cartório Antônio do Prado de Goiânia; Dr. Eduardo Régis Girão de Castro Pinto, assessor jurídico da CGJ/CE e Thiago Silva Santos, assessor jurídico do CGJ/CE. Posteriormente, foi dada a palavra ao Des. Osório de Araújo Ramos Filho, Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe, que falou em nome dos homenageados, o qual iniciou sua fala destacando as obras do Des. Décio Erpen, nome da honraria que estaria recebendo, após o que

pontuou acerca da finalidade da medalha, que se destinaria a agradecer autoridades públicas e privadas que tenham notáveis serviços prestados ao Colégio Permanente de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil ou contribuído por qualquer meio e de modo eficaz para o fortalecimento, aperfeiçoamento e celeridade da prestação jurisdicional ou à causa da Justiça. Consignou que teria certeza de que os agraciados contribuíram para o Poder Judiciário, além de destacar a grandiosidade do ENCOGE, que veio a tratar sobre as adversidades da pandemia, ressaltando que a união dos gestores dos Tribunais de Justiça e Corregedorias Gerais foi indispensável para enfrentar as limitações impostas pela pandemia, contribuindo com o Poder Judiciário brasileiro. Ao final agradeceu pela alta honraria a todos concedida. Na sequência, foi feita a entrega presencial da medalha ao Des. Otávio Leão Praxedes e Des. José Carlos Malta Marques, que se encontravam em seus gabinetes no Tribunal de Justiça de Alagoas. Finalizadas as homenagens, foi apresentado o primeiro tema: “A CONTRIBUIÇÃO DA GESTÃO JUDICIAL PARA A CONSTRUÇÃO DE UM JUDICIÁRIO EFICAZ?” pelo Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira – Corregedor Geral da Justiça do Maranhão, o qual pontuou acerca da necessidade de se fazer a gestão das unidades para uma instituição eficaz, esclareceu que este tema foi objeto de uma das Metas do CNJ – Meta 09, destacando que o CNJ entendeu que se iniciasse desde logo o esforço de aprimoramento do Poder Judiciário, para melhorar a avaliação de percepção e a confiança da sociedade. Afirmando que seria uma iniciativa urgente, que teria que animar a todos, sendo necessário efetivar uma política nacional, com atenção prioritária ao juiz de primeiro grau, apoiando e estimulando a administração dos Tribunais de Justiça na equalização da força de trabalho, com investimento em tecnologia e incremento de digitalização de processos físicos, além de inteligência artificial. O aprimoramento de serviço do Poder Judiciário tem que se basear em princípios da autoadministração, fazer uso de instrumento de gestão baseado em desempenho, responsabilidade, delegação com fiscalização. Finalizou sua fala destacando que o aprimoramento do Poder Judiciário é dever de todos e a gestão das unidades, vai além da gestão do processo, mas também na gestão do tempo e principalmente das Decisões. Em seguida foi apresentado o segundo painel pela Juíza Auxiliar da Corregedoria do Pará, Dra. Rubilene Silva Rosário, que explanou sobre “A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DENTRO DE UM CONTEXTO DE PANDEMIA”, consignando que a violência doméstica seria cultural, afirmando que a Lei Maria da Penha foi um marco histórico, veio para forçar a mudança de valores sociais e comportamentais dentro do contexto familiar. Ressaltou que a pandemia agravou a situação das vítimas de violência doméstica, apesar de ser um problema

crônico anterior, tendo em vista que foi decretado o isolamento social, com aumento das atividades domésticas e do trabalho para a mulher, que passou a ficar mais o tempo com o agressor. Passou-se a ter mais dificuldade para utilização dos meios disponíveis para buscar ajuda. Mencionou, ainda, os programas governamentais existentes e que a violência está enraizada em qualquer classe social, em qualquer idade. Defendeu, ainda, que o problema seria uma questão de saúde pública e que deveria ser repensada em todos os segmentos não apenas no Poder Judiciário, buscando ações que realmente consigam ajudar essa mulher na tutela de seus direitos. O terceiro painel foi apresentado pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria do Paraná, Dr. Ricardo Augusto Reis de Macedo, sobre o tema “PIPAD – DIGNIDADE, CIDADANIA E GARANTIA JURÍDICA (PROGRAMA DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE POR MEIO DE ANÁLISE DO DNA)”, oportunidade em que o mesmo informou que esse programa seria um Convênio que foi firmando entre o TJ/PA e o Governo do Estado, após assunção da CGJ/PR pelo Des. José Augusto Aniceto, que encontrou mais de 1000 (mil) processos aguardando a realização de exames de DNA. Assim, foram iniciadas tratativas com diversos entes, demorando mais de um ano para concretização do convênio. Explicitou que o projeto não seria sonho de gestão, mas um projeto que não tem um dia para seu término, que deve perdurar em outras gestões. Foi consignado como é realizado o serviço, que se inicia com o Poder Judiciário, ou Promotor Público que solicita a realização dos exames à polícia científica que faz a colheita dos exames, encaminhando para a Universidade de Londrina ou laboratório da Polícia Civil, que remete o resultado diretamente ao Poder Judiciário, através do PROJUD. Falou acerca do direito do reconhecimento da paternidade, que reflete no direito de ter sobrenome, de ter conhecimento de sua origem e, inclusive de ter carinho. Depois foi repassado um vídeo sobre o Programa de Selo Digital da Corregedoria do Paraná. Em seguida, foi iniciado outro painel com o tema “CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: CAMINHOS POSSÍVEIS”, desta feita apresentado pelo Dr. Manoel de Sousa Dourado - Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Piauí iniciou sua fala fazendo um histórico da criação das unidades judiciárias específicas em varas agrárias, até que se criou o Núcleo de Regularização Fundiária em 2014, que atuava em processo administrativo no âmbito da CGJ/PI, que dava apoio técnico especialmente à vara agrária. Esse núcleo foi se firmando, até que em 2016, foi feito Termo de Cooperação Técnico com o INTERPI que propiciou o avanço da regularização fundiária. Em 2018, dentro no Núcleo foi criado o Conselho Consultivo – formado por vários órgãos, e da Câmara Técnica, que era um pouco menor que o conselho e recebia a demanda

em primeiro lugar. O Fórum do MATOPIBA facilitou por demais a regularização fundiária, avanço que propiciou que a problemática fosse vista e permitiu avanços. Em 2019 foram digitalizados os processos da vara agrária. O Núcleo, posteriormente, acolheu a regularização fundiária urbana, inclusive, foi feita audiências públicas. Foi o núcleo quem apresentou proposta legislativa ao Governo do Estado para regularização fundiária, beneficiando toda a população. Destacou que o Piauí é o único Estado a cumprir aplicação das diretrizes voluntárias para governança responsável da Terra. Foi criado o Programa Regularizar; destacou o CEJUSC Fundiário Itinerante, e o aperfeiçoamento de mediadores específicos para questões fundiárias. Ressaltou a necessidade de cooperação entre a CGJ e o Poder Executivo para administrar e resolver os conflitos agrários. Em seguida, foi apresentado o quinto painel com o tema “O REGISTRO CIVIL COMO PROTAGONISTA DE UM NOVO TEMPO” pelo Dr. Arion Toledo Cavaleiro Júnior – Presidente da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais – ARPEN/Brasil, que afirmou que são 7800 (sete mil oitocentos) cartórios de registro civil no Brasil e que não há município sem cartório de registro civil. Apresentou as estatísticas da ARPEN-Brasil, quanto a registro de nascimento e óbitos. Destacou que seria o maior parceiro da Receita Federal, pois que há 05 (cinco) anos, juntamente com o registro civil, os recém registrados já saem com o respectivo CPF. Ressaltou que a atividade permite que o brasileiro possa exercer a cidadania e que o primeiro registro de nascimento e óbito é entregue de forma gratuita, sendo os registradores civis sustentados pelo fundo de compensação, o que gera grande dificuldade, sobretudo porque não há uniformidade entre os Estados acerca da administração do fundo. Pontuou acerca da necessidade de fortalecimento do registro civil, sugerindo que quando houvesse vaga uma serventia fosse agregada ao cartório de registro civil. Colocou também a necessidade de apoio quando da realização de convênios para realização dos serviços registrares, inclusive junto ao DENTRAN, INSS, Ministério da Economia, que ajudaria a aumentar a arrecadação dos cartórios de registros. O painel 06 foi apresentado pelo Dr. Algomiro Carvalho Neto – Juiz Auxiliar da Corregedoria de Goiás, Dr. Domingos da Silva Chaves Júnior - Diretor de Tecnologia da Informação da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás e Dr. Marco Antônio de Oliveira Lemos Júnior - Diretor da Divisão de Gerenciamento de Sistemas do Extrajudicial, da Diretoria de Tecnologia da Informação da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás e tratou sobre “APLICAÇÕES TECNOLÓGICAS NO CONTROLE DA ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL EM TEMPO REAL”, sendo colocado que com a utilização desta tecnologia houve incremento da arrecadação do Poder Judiciário, destacou a possibilidade de fiscalização da arrecadação.

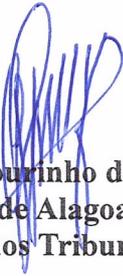
sem necessidade de encaminhamento de equipe, pois pode ser feita virtualmente. Foi informando que o Portal do Extrajudicial, que era apenas cadastral, foi criado em 2012 e foi percebida a necessidade de alguns avanços. Colocou que esse portal acabou por servir de base para outros sistemas e ferramentas que permite que a Corregedoria de Goiás possa ter mais efetividade nas funções de controle e fiscalização do serviço extrajudicial. Foi esclarecido que o sistema de selo eletrônico foi desenvolvido para contemplar dupla funcionalidade, garantir a autenticidade e automatizar o recolhimento dos repasses financeiros e estaria indo para uma terceira funcionalidade que seria a colheita de informações. Após foram apresentadas as melhorias que haviam sido implantadas na atual gestão da CGJ/GO no referido sistema, bem assim divulgou os resultados já obtidos com sua utilização, para inspirar e fomentar a utilização de sistema tecnológico para realização do controle das serventias extrajudiciais. Por fim, o último Painel tratou da "PROPOSTA DE REGULAMENTAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUITA - TAC DISCIPLINAR DE MAGISTRADOS" e teve como palestrante o Dr. Francisco Gladysson Pontes Filho, Juiz Auxiliar da Corregedoria do Ceará, o qual aduziu que a base da proposta é o fenômeno da consensualidade administrativa, voltada para o diálogo. Apresenta uma ferramenta para utilização da solução da ação disciplinar por meio de composição, sendo uma forma mais célere sem desgaste da instauração de sindicância, de PAD, deixando as questões mais graves para utilização dos processos. É até uma questão de economicidade, afirmou, registrando que o avanço de TAC já é uma realidade na administração pública, porém em relação a magistrado é muito acanhado, apesar de já ser utilizado junto a servidores. Foram apresentados dados de 2019 acerca dos procedimentos disciplinares, como também as ideias para implantação do TAC, que seria de forma consensual, havendo a substituição de controle-sanção pelo controle-consenso, suspendendo a ação disciplinar até que cumpra o que ficou acertado no TAC, como participação em curso, cumprimento de metas do CNJ, aumento da produtividade. Pontuou as vantagens da utilização da conciliação. Mostrando o fluxograma dos casos em que o TAC poderia ser realizado antes ou depois do PAD e a minuta de resolução que está sendo trabalhada na CGJ/CE. Dado o intervalo para almoço, às 15h00 foram retomados os trabalhos, oportunidade em que o Presidente iniciou questionando acerca da 1ª Reunião dos Juizes Auxiliares das Corregedorias-Gerais dos Tribunais de Justiça realizada na data de ontem - 04.11.2020, sendo unânime que sua realização foi muito proveitosa e deve permanecer em outros encontros. Em sequência começaram as discussões com relação a alguns temas, iniciando-se com a realização das Sessões do Tribunal do Júri, oportunidade em que vários corregedores pediram

a palavra e apresentaram suas opiniões a respeito do tema, inclusive ponderando que referida questão não deveria ser objeto da Carta, pois a situação de cada Estado deveria ser respeitada e poderia municiar pleito de nulidade de julgamento daqueles casos que já tivessem sido realizados de forma diversa. Com isso, o Des. Fernando Tourinho propôs que este tema fosse levado ao CNJ, por meio de uma comissão, juntamente com outros temas como a possibilidade de Audiência de Custódia por videoconferência, para que, antes de qualquer deliberação sobre o tema, o CCOGE pudesse ser ouvido. Destacou-se o pleito da retomada da audiência de custódia, que também seria objeto de pleito junto ao CNJ. Sobre o tema das Citações e Intimações, foi colocada a discussão que teria havido entre os juizes auxiliares, sobretudo quanto à possibilidade de estimular a utilização de recursos tecnológicos, como correio eletrônico, aplicativos de mensagem ou vídeo, comunicação telefônica, às comunicações processuais, inclusive, sendo defendida a manutenção do uso da tecnologia para intimações e citações após a pandemia. Em se tratando das questões da Alienação de Bens Apreendidos, ficou acertado que seria necessária a regulamentação acerca da alienação de bens, inclusive, podendo ser utilizado como modelo o regulamento do Piauí, adequando-se evidentemente a cada realidade. Com relação à questão da conciliação e mediações nas serventias extrajudiciais com uso de tecnologias digitais, o Des. Fernando Tourinho pontuou as dificuldades de alguns estados, como foi colocado na tarde ontem. Destacou-se a dificuldade de realização destes mecanismos, sobretudo com relação aos regulamentos do CNJ, sendo sugerida a flexibilização destes regulamentos para incentivar os cartórios a se valer dessa ferramenta. Foi criada comissão para elaboração de regulamento de flexibilização para encaminhar para o CNJ, sendo formada pela Des. Vanderlei Terezinha Tremeia Kubiak, como coordenadora, com a participação do Des. Paulo Sérgio Velten Pereira e Des. Dinart Francisco Machado. Após, foi apresentado pelo Des. Luiz Carlos Figueredo o Programa de Inovação Aberta para Transformação Digital, mais precisamente sobre a empresa Porto Digital, ficando deliberado pela realização de reunião virtual com a empresa para que fosse apresentado seu portfólio de ações, projetos softwares, etc., e, posteriormente, cada Estado, caso se interessasse, marcasse reuniões específicas, sendo designada a data de 03.12.2020 às 10h, para referida reunião. Em seguida foi trazido ao debate a questão da regulamentação do Termo de Ajustamento de Conduta nos procedimentos disciplinares em face de magistrados, sendo defendida arduamente pelo Des. Teodoro Silva Santos quanto a necessidade de colocação na Carta do 84° ENCOGE, com vistas a fomentar estudos sobre o aprimoramento desta regulamentação. Foi criada comissão, sob a coordenação do Des. Teodoro Silva Santos.

para fazer estudo para modificação da Resolução nº 135/2011 do CNJ, com a participação da Des. Vanderlei Terezinha Tremeia Kubiak, Des. Nélia Caminha Jorge, Des. Maria de Nazaré Saavedra Guimarães e Des. Júnior Alberto Ribeiro. O Des. Ricardo Anaf trouxe ainda a problemática sobre o Sistema de Busca de Ativos – SISBAJUD, ficando deliberado que constaria na carta que o Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil está ciente da problemática existente na substituição do sistema BACENJUD pelo novo Sistema de Busca de Ativos – SISBAJUD, já tendo provocado o Conselho Nacional de Justiça acerca dos fatos. Deu-se início à eleição para a próxima Comissão Executiva do CCOGE, sendo eleito por unanimidade: Des. Paulo Sérgio Velten, Corregedor-Geral do Maranhão, como Presidente do Colégio Permanente de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil; o Des. Ricardo Anafe, Corregedor-Geral de São Paulo, como 1º Vice-Presidente do Colégio Permanente de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil; Des. Carmelita Indiano Americano do Brasil Dias, Corregedora Geral do Distrito Federal, como 2º Vice-Presidente do Colégio Permanente de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil; Des. Nélia Caminha Jorge, Corregedora Geral do Amazonas, como 1º Secretária do Colégio Permanente de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil; Des. Agostinho Gomes de Azevedo, Corregedor Geral de Minas Gerais, como 2º Secretário do Colégio Permanente de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil e Des. Vanderlei Terezinha Tremeia Kubiak, Corregedora Geral do Rio Grande do Sul, como 1ª Tesoureira do Colégio Permanente de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil, os quais tomaram posse na data de hoje, com mandato a ser iniciado no primeiro dia útil de 2021. Após a aclamação, o Des. Paulo Sérgio Velten, emocionado destacou que assumiria a missão com galhardia, entusiasmo e vontade, fazendo de tudo que tiver ao seu alcance para engrandecer o nome do CCOGE, que é representativo do que há de melhor no Judiciário brasileiro, destacando a vontade de ajudar, de cooperar. Com a palavra o atual presidente do CCOGE pontuou que a Comissão teria representante de todas as regiões do Brasil, sendo importante essa diversidade, ao tempo em que parabenizou a todos os eleitos, destacando que teria certeza de que a nova Comissão Executiva iria fazer um trabalho brilhante, representando com maestria o Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil - CCOGE. Em seguida foi feita a leitura da Carta do 84º ENCOGE com as seguintes proposições: 1) DEFENDER que a realização de uma gestão judicial estruturada constrói um Judiciário mais eficaz; 2) FOMENTAR meios adequados para viabilizar que a vítima de violência doméstica e familiar possa procurar auxílio das autoridades legais para

garantia de seus direitos; 3) APOIAR a realização de análises do DNA em programas de investigação de paternidade, visando a garantia jurídica, cidadania e dignidade; 4) AFIRMAR a necessidade de se garantir a regularização fundiária; 5) INCENTIVAR o registro civil em todos os segmentos como garantia de cidadania; 6) FOMENTAR a regulamentação quanto à destinação dos Bens Apreendidos; 7) APRIMORAR o uso da tecnologia para controlar a atuação extrajudicial; 8) DEFENDER a manutenção do uso de recursos tecnológicos, como correio eletrônico, aplicativos de mensagem ou vídeo, comunicação telefônica, às comunicações processuais, mesmo após o término da pandemia da COVID – 19; 9) DIVULGAR que o Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil está ciente da problemática existente na substituição do sistema BACENJUD pelo novo Sistema de Busca de Ativos – SISBAJUD, já tendo provocado o Conselho Nacional de Justiça acerca dos fatos; 10) FOMENTAR os estudos da implementação da Recomendação 21/2015 do CNJ. Em seguida alguns corregedores pediram a palavra para parabenizar pelo evento, felicitando a todos, inclusive, pela eleição da nova Comissão Executiva, bem assim pelo excelente trabalho que vem sendo realizado. Com a palavra o Des. Fernando Tourinho agradeceu mais uma vez a Comissão Executiva do CCOGE, destacando a atuação de todos os amigos que, ao longo do ano, foram essenciais para a realização dos 02 (dois) ENCOGEs que foram realizados, Des. José Augusto Gomes Aniceto, Des. Teodoro Silva Santos, Des. Elvira Maria de Almeida Silva, Des. Hilo de Almeida Sousa, Des. Maria de Nazaré Saavedra Guimarães, e Des. Kisleu Dias Maciel Filho. Em seguida, mais uma vez parabenizou a diretoria eleita, afirmando que acredita muito no trabalho que será realizado, sobretudo diante do entusiasmo demonstrado. Agradeceu a todos os Corregedores, Juizes auxiliares e Assessores, que participaram do evento. Destacando os Juizes Auxiliares da Corregedoria-Geral da Justiça de Alagoas, Dr. Antônio Rafael Casado Wanderley, Dr. João Paulo Martins e Dra. Lorena Carla Sotto-Mayor, que foram cruciais durante sua gestão. Agradeceu, ainda, ao Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, Des. Tutmés Airam de Albuquerque Melo, que disponibilizou toda a estrutura do TJ/AL para a realização do evento. Fez um agradecimento especial a sua assessoria, nas pessoas de Katiane Lamenha, Secretária-Geral da CGJ/AL; Mariá Tenório, Chefe de Gabinete da CGJ/AL, Gadara Luzia Cavalcante, Secretária do Gabinete; Niel Antônio, Assessor de Comunicação da CGJ/AL; Itawui Albuquerque, Assessor de Comunicação da CGJ/AL e toda a equipe da Diretoria de Comunicação do TJ/AL. Ressaltou, ainda, a participação do Cerimonial do Tribunal de Justiça de Alagoas, nas pessoas de Fátima Brêda e Guiomar de Omena. Agradeceu imensamente ao pessoal da TI, em nome

do servidor Magno Vitório, coordenador de TI da CGJ/AL, bem assim todo seu pessoal, que fizeram um trabalho excelente durante todo o evento. Externou sua gratidão também a equipe de segurança nas pessoas de Leonardo de Souza Fradique, Cícero Rodrigues e Glauber Alcântara, não deixando de agradecer a S. Nildo, garçon e D. Andrea, copeira pela disponibilidade de sempre. Enfim, destacou o agradecimento a todos que ajudaram a fazer o 84° ENCOGE – 2º Virtual. Por fim, externou agradecimento a sua esposa Cláudia Lisboa pelo companheirismo de sempre, declarando encerrado o 84° Encontro dos Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil – ENCOGE, 2º Virtual, nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, por Katiane Lamenha Evaristo da Silva   
Secretária-Geral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas.

  
**Des. Fernando Tourinho de Omena Souza**  
**Corregedor Geral de Justiça do Estado de Alagoas e Presidente do Colégio Permanente**  
**de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil**